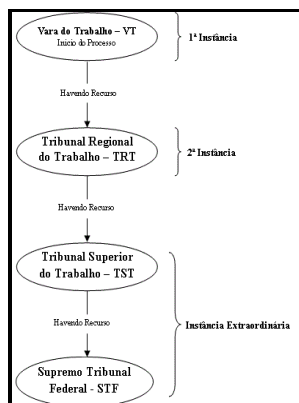


Dos recursos em primeiro grau de jurisdição

Forense - Terceiro encontro sobre novo CPC aborda alterações em recursos, demandas repetitivas e incidentes de assunção de competência



Description: -

- Religions

Appellate procedure -- Brazil Dos recursos em primeiro grau de jurisdição

- Dos recursos em primeiro grau de jurisdição

Notes: Includes bibliographical references.

This edition was published in 1980



Filesize: 20.93 MB

Tags: #Terceira #Turma #anula #acórdão #genérico #que #delegava #ao #juiz #de #primeiro #grau #sua #aplicação #no #caso #concreto

ConJur

No tocante ao inconformismo da parte sucumbida, esclarece pontualmente Nelson Nery Junior 1997, p.

Princípio do Duplo Grau de Jurisdição: aspectos gerais e as contradições inerentes a sua natureza jurídica (Constitucional)

Em regra, somente a sucumbência justifica o recurso. Logo, a alternativa correta é a letra d. Os pressupostos subjetivos por sua vez, dizem respeito à sucumbência e à legitimidade para recorrer.

Princípio do duplo grau de jurisdição e os recursos processuais penais em espécie

Este reexame é confiado a órgão superior àquele que prolatou a decisão, na existência do princípio também constitucional do duplo grau de jurisdição. GRINOVER, Ada Pellegrini et al.

Terceira Turma anula acórdão genérico que delegava ao juiz de primeiro grau sua aplicação no caso concreto

Já países como Rússia, Angola, Croácia, Austrália, Chile e Dinamarca consignam o duplo grau de jurisdição de modo taxativo, conforme lembra Radamés de Sá 1998, p. Manual de Processo Penal e Execução Penal.

ConJur

Destarte, mesmo ocasionando inúmeros efeitos desvantajosos, incididos tanto sobre as partes como sobre o Judiciário, a duplicidade de julgamento deve ser amplamente assegurada, dando efetividade ao princípio do devido processo legal, considerado a coluna de sustentação do ordenamento jurídico de um Estado Democrático de Direito. Novas linhas do Processo Civil. Todavia, assunto que vem sendo largamente discutido no âmbito processual penal, é justamente sobre a possibilidade da interposição deste recurso suspender ou interromper o prazo para outras eventuais impugnações.

ConJur

No entanto, segundo ela, essa ideia não prosperou em virtude de o agravo ser uma tradição no Direito português, o que o mantém ainda em vigor. Utilize o Jus Dúvidas de forma responsável e consciente! Além dos critérios de admissibilidade previstos na redação da resolução, há também menção que devem ser aplicados, no que couber, o disposto nos artigos 988 a 993 do Código de Processo Civil, abrindo-se as hipóteses de cabimento da Reclamação também para: 4 preservar a competência do Tribunal; 5 garantir a autoridade das decisões do Tribunal e; 6 garantir a observância de enunciado de súmula vinculante do STF em controle concentrado de constitucionalidade.

Juizado Especial Cível e o quarto grau de jurisdição

Isto é, enquanto não for julgado o do recurso, a decisão impugnada não produz efeitos.

Related Books

- [Identity in modern society - a social psychological perspective](#)
- [Denton - Hatopolis.](#)
- [Farah laysa mihnati](#)
- [Linking the research and development department to market demand](#)
- [Comparison of body images measures among second grade children.](#)